

INTRODUÇÃO

A educação destinada às pessoas com deficiências foi realizada, tradicionalmente, de forma separada daquela dirigida aos alunos considerados normais. Tal fato decorria da visão que se tinha da deficiência – percebida como doença – e do próprio portador de deficiência, considerado como um ser doente, incapaz de aprender com os demais alunos.

Formaram-se, portanto, dois sistemas separados, o regular e o especial, o que traduz uma atitude social bastante diferente sobre os ambos os sistemas. Assim, conforme define Little (1987), criou-se uma “teoria dos dois espaços ou das duas casas”, pela qual as crianças eram consideradas normais ou portadoras de excepcionalidade. A educação delas, por sua vez, ajustava-se a um modelo comum ou a um modelo segregado, combinado a um agrupamento supostamente homogêneo de educandos.

Nas últimas décadas, de forma gradativa, vem sendo reconhecido o fato de que o modelo anteriormente existente não conduzia ao atendimento das necessidades reais dos educandos. Passou a ser percebida a importância de haver uma fusão dos dois sistemas, formando um sistema único, porém capaz de atender às necessidades dos educandos, deixando de lado atitudes segregacionistas para com aqueles que, aparentemente, não aprendem como os outros. Tais atitudes, na realidade, só conduzem à negação da função precípua da escola: a de ensinar.

INTEGRAÇÃO ESCOLAR

Gradativamente, vem sendo reconhecido o fato de que não se pode exigir que a criança que apresenta deficiência se adapte às exigências escolares, mas, sim, que a escola se adapte às condições dessa criança (FONSECA, 1987). Ou seja, está sendo admitida a necessidade do educador conhecer seus alunos mais de perto, analisar e mudar suas atitudes, suas estratégias de ensino, até que consiga obter êxito na tarefa de ensiná-los. Para tanto, melhores condições precisam ser proporcionadas a esse educador, principalmente no que tange ao preparo para desempenhar a função docente e o acompanhamento técnico.

Essa nova postura frente aos educandos portadores de deficiência pode ser considerada como produto atual de um processo que sofreu profundas mudanças no decorrer da história. Baseia-se em mudanças que extrapolam os limites da escola, envolvendo aspectos éticos, filosóficos, sociais e legais.

Hoje em dia a educação tem como um dos princípios básicos a integração. A Política Nacional de Educação Especial vigente (Brasil/MEC, 1994, p. 18) a define como um “processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando a sua integração nos grupos sociais. A integração implica reciprocidade”. Significa dizer que, para haver integração, não basta inserir fisicamente pessoas num ambiente comum; é imprescindível também a participação ativa delas. É necessário que elas sejam parte integrante desse ambiente, recebendo e exercendo influências,

que tenham identificação com o grupo, e que sejam valorizadas, cobradas a contribuir de forma compatível com seu nível e, ao mesmo tempo, ajudadas no que for necessário.

Assim, o elemento básico da integração pode ser considerado a interação, ou seja, a ação mútua existente entre as pessoas de um grupo. Para que essa interação ocorra, necessário se faz que haja o estabelecimento de vínculos, de interdependência entre os membros do grupo no qual a pessoa está inserida (FOREST & LUSTHAUS, 1987). A integração não pode ser percebida como um processo homogêneo, único, sob pena de não atender às necessidades dos alunos, devendo se adaptar às suas condições. Porém, a oportunidade de participarem juntos – alunos com deficiência e alunos considerados dentro dos padrões da normalidade – das atividades educativas é de suma importância para o seu desenvolvimento e para a sua integração social.

No entanto, integrar alunos que apresentam deficiência na escola regular não é algo fácil, automático. Isso se torna particularmente difícil para os deficientes mentais: embora, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, eles formem o maior contingente de deficientes existentes, são possivelmente os mais desvalorizados em decorrência da supervalorização das habilidades intelectuais pela sociedade (TELFORD & SAWREY, 1984; e GLAT, 1987). Em relação a essas pessoas, portanto, ainda persistem preconceitos. Muitas vivem isoladas no âmbito das suas famílias e instituições. Nesse grupo estavam, até bem pouco tempo atrás, aqueles que detêm a síndrome de Down. Graças ao trabalho persistente e dedicado de alguns educadores e das associações de pais de pessoas com essa alteração cromossômica em várias partes do país, esse quadro vem sendo alterado gradativamente.

Na cidade de Natal-RN, o movimento deflagrado pela Associação Síndrome de Down (ASD), a partir da década de 80, conduziu à abertura das portas das salas de aula regulares às crianças portadoras dessa síndrome, primeiro na esfera privada e, depois, na esfera governamental. Em decorrência disso, ao dar início a este estudo encontramos um maior número de crianças com essa alteração genética em classes regulares, em relação a outros tipos de deficiência.

A PESQUISA

A problemática em questão e a especificidade do nosso objeto de estudo nos levaram a adotar diferentes procedimentos na coleta de dados e na análise dos resultados. Para obtenção dos dados, utilizaram-se três procedimentos básicos de pesquisa: bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa de campo foi realizada em nove escolas sediadas em Natal, cinco delas de cunho governamental (três do sistema estadual e duas do municipal) e as quatro outras pertencentes à esfera privada. Nessas escolas desenvolvemos um estudo de caso, no período compreendido entre maio de 1995 e janeiro de 1997.

No que diz respeito ao estudo, as informações foram colhidas diretamente no locus onde as crianças eram educadas. Por meio dele buscamos conhecer a percepção de diversos sujeitos que convivem nas escolas pesquisadas (professores, téc-

nicos e mães) sobre a questão da integração escolar das crianças com síndrome de Down, na tentativa de retratar as diferentes dimensões presentes em cada realidade, bem como de descobrir informações e opiniões a respeito do tema.

Para tal fim, utilizamos dois tipos de instrumentos: entrevista e questionário. Foram realizadas entrevistas com 12 técnicos (que exerciam funções de diretor, vice-diretor, orientador educacional, supervisor pedagógico, coordenador pedagógico, assistente social) e com sete mães. Os questionários foram aplicados entre 16 professores, atuantes da última etapa da educação infantil até a 3ª série do 1º Grau, em salas regulares, com crianças que apresentavam síndrome de Down.

CARACTERIZAÇÃO DOS PESQUISADOS

Situaremos apenas alguns dos dados coletados, com o intuito de traçar um breve perfil dos sujeitos pesquisados:

PROFESSORES

- 68,8% lecionavam em escolas privadas e 31,2 % pertenciam ao sistema governamental (estadual e municipal);
- 100% dos professores pesquisados eram mulheres;
- 43,8% se situavam na faixa etária entre 30 e 39 anos de idade, enquanto 31,2% tinham idade variando entre 20 e 29 anos, e 25%, entre 40 e 49 anos;
- 56,2% possuíam nível superior completo, enquanto 12,6% estavam cursando algum curso universitário;
- 43,8% dos docentes, todos atuantes na rede particular de ensino, tinham pouco tempo de vivência profissional (entre 1 e 5 anos). As demais respondentes se situavam entre 6 e 10 anos de trabalho em educação (25%), 11 a 15 anos (18,7%) e 16 a 20 anos (12,5%);
- metade dos docentes atuava no último nível da educação infantil, enquanto os 50% restantes distribuíam-se entre a 1ª e 3ª séries do 1º Grau;
- 93,6% possuíam em suas salas apenas alunos com déficits na área cognitiva, a maioria dos quais apresentava síndrome de Down;
- apenas 6,4% das docentes tinham também alunos com outro tipo de necessidades especiais (deficiência física e auditiva).

TÉCNICOS

- Existia uma acentuada maioria (91,6%) de mulheres, em contraposição à presença de apenas 8,3% de representantes do sexo masculino;
- 83,3% dos sujeitos possuíam curso de graduação compatível com a função desenvolvida (ou seja, Pedagogia, Serviço Social e Psicologia), independentemente do âmbito administrativo em que atuavam. Apenas 16,7% avançaram mais em seus estudos, atingindo o nível de pós-graduação (Especialização em Educação);

- havia predominância, no grupo investigado, de pessoas com formação acadêmica em Pedagogia (83,4%), variando apenas em relação à habilitação cursada (Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional).

MÃES

- No grupo de mães pesquisado, existiam pessoas casadas (57,1%), solteiras (28,6%) e separadas judicialmente (14,3%);
- em sua maioria, elas possuíam idade compreendida entre 40 e 49 anos (71,4%); as restantes situavam-se entre 30 a 39 anos (14,3%) e 50 a 59 anos (14,3%);
- 42,8% tinham curso superior completo, 28,6% cursaram o 2º Grau e 28,6% possuíam apenas o 1º Grau.

INTEGRAÇÃO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES

A partir dos depoimentos apresentados pelos três tipos de educadores pesquisados – professores, técnicos e mães –, podemos destacar alguns pontos que bem sintetizam a percepção que têm sobre a criança portadora da síndrome de Down e sua integração escolar, decorrente da vivência nas várias instituições estudadas.

Para os entrevistados, as reações existentes na comunidade escolar frente a essas crianças variam bastante. De início surgiram – principalmente entre os docentes – reações de medo, de angústia em relação a não saberem como ensinar tais crianças, avaliar o seu progresso nem como promovê-las. Aos poucos, em decorrência da orientação recebida e da convivência com as crianças, esses sentimentos foram sendo modificados. Atualmente, transparecem atitudes que denotam certa naturalidade e interesse no trato com esses educandos, bem como mais respeito pelas suas condições individuais. Começam a ser vistos, acima de tudo, como crianças, embora os educadores estejam cientes de suas diferenças em determinados aspectos – não em todos.

De maneira geral, o processo integrativo – mesmo sendo considerado por muitos dos professores e técnicos como difícil, moroso, cheios de avanços e recuos – vem sendo razoavelmente aceito pela maioria das escolas pesquisadas. Muitos profissionais consideram que ele traz possibilidades positivas para a instituição escolar, no momento em que desafia o professor a estudar, a conhecer mais sobre os seus alunos e a aprofundar o seu conhecimento, trazendo como consequência o enriquecimento da ação pedagógica.

As mães, de forma geral, estão satisfeitas com os avanços ocorridos em diversas áreas, embora estejam também conscientes das dificuldades e limitações existentes na criança e na escola.

Ainda existem situações de resistência por parte de um grupo pequeno de docentes e técnicos em algumas escolas governamentais, que demonstram descrédito diante da atual proposta. Para eles a escola não está preparada para receber esse tipo de educando na classe regular, pois o ensino que oferece não é percebido como de qualidade. Isso se deve, em grande parte, à forma como o trabalho de integração foi

implantado pelas secretarias de Educação, sem que a questão fosse discutida em profundidade com toda a comunidade escolar, sem que essa fosse devidamente orientada sobre o motivo da mudança e os procedimentos a serem adotados com a clientela com necessidades especiais na sala de aula regular. Para alguns, a integração escolar desses alunos se constituiu numa “invenção”, numa imposição da cúpula do sistema educacional ou, simplesmente, num *modismo* a mais que se tenta implantar nas escolas e que, depois, vai passar, como tantos outros passaram.

No entanto, prevalece nas escolas que foram alvo dessa pesquisa, principalmente nas particulares, uma visão positiva frente à integração, considerando-a como um tipo de serviço que tem oferecido melhores condições para que crianças com síndrome de Down se desenvolvam, por meio do contato permanente com crianças consideradas normais, em ambiente percebido como mais rico e estimulante do que aquele vivenciado nas modalidades especializadas.

Há unanimidade entre professores e pais em relação à necessidade de se aperfeiçoar a escola, pois acreditam que só com a melhoria da escola para todos os alunos será alcançada a melhoria do processo integrativo. Um dos pontos mais destacados diz respeito à preparação dos profissionais da educação que atuam na escola – professores, técnicos, administradores – para atuar frente às diferenças do corpo discente da escola, incluindo nesse contexto os que apresentam a síndrome de Down.

Outro aspecto destacado, refere-se ao assessoramento especializado ao professor e à equipe da escola, *antes e durante* o processo integrativo. Consideram um desrespeito para o professor e para o aluno ser dado início a um trabalho integrativo sem que haja orientação básica sobre o trabalho nem acompanhamento sistemático durante todo o processo, no qual o profissional de educação possa compartilhar dúvidas, ansiedades e receber subsídios válidos para o seu trabalho, que se traduzam em benefícios para os alunos.

Percebem, igualmente, que o acompanhamento especializado não deve se restringir aos profissionais da educação, mas envolver os próprios alunos portadores da síndrome de Down e seus familiares. Esses alunos devem receber apoio psicopedagógico, sem o qual acreditam que não terão condição de avançar na sala de aula regular. As suas famílias necessitam, igualmente, de orientação para que possam ter mais consciência das potencialidades dos filhos, dos seus direitos como cidadãos. Só assim poderão lutar contra situações discriminatórias – das quais muitas vezes têm sido alvo –, ajudar a disseminar informações corretas e positivas sobre a criança portadora dessa síndrome, bem como colaborar ativamente com o atendimento escolar desenvolvido.

Em relação aos pais das demais crianças da escola, reconhecem a necessidade de ser apresentada e discutida, de forma clara e objetiva, a questão da integração escolar dessas crianças, a fim de serem reduzidas ansiedades e transpostas barreiras existentes, assim como para que possam ser capazes de transmitir aos filhos noções adequadas a respeito dos portadores da síndrome de Down ou de outras necessidades especiais. Só assim poderão conviver com elas, na escola e na comunidade de forma geral, sem tantos preconceitos.

Algumas mães, que têm filhos em escolas particulares, registram a sua indignação pela *cobrança duplicada de mensalidades escolares* das crianças portadoras de necessidades especiais que são integradas – não apenas das que têm a síndrome de Down. Consideram tal fato uma exploração e, até mesmo, uma discriminação às suas crianças por parte dessas instituições. No entanto, se submetem achando que não há outro jeito, não reivindicam seus direitos. Essa prática, segundo os depoimentos, se estende a grande parte das escolas particulares, que – às vezes sob o pretexto de prestação de serviços extras, que não são conhecidos pelos pais – estão aumentando o seu faturamento mensal.

No sistema público – tanto estadual como municipal – observou-se que os entrevistados, além dos aspectos já citados, sugerem que se criem melhores condições de trabalho para os profissionais de educação, para que possam atender melhor os alunos em geral. Isso envolveria dotação de material bibliográfico, pedagógico e didático, aprimoramento da estrutura da escola, redução de alunos por turma e melhores salários. Do governo reivindicam que os direitos pertinentes às pessoas portadoras de deficiência não fiquem só na letra da lei, assim como que as propostas para a sua integração escolar, contidas nos discursos oficiais, possam se efetivar realmente na escola, seja ela governamental ou de cunho privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração escolar dos portadores de deficiência ainda se constitui num conceito não muito claro para os educadores em geral. Estamos vivenciando uma fase de transição entre um modelo educacional que previa para as pessoas portadoras de necessidades especiais um atendimento específico – mas isolado, seja em classes ou escolas especiais – para outro que se propõe a atendê-las de forma conjunta, em salas regulares, aceitando e respeitando as suas diferenças.

Nesse novo modelo, o sistema educacional deve buscar dar respostas efetivas diante do desafio de educar a todos os alunos. Portanto, a escola deve alargar o seu âmbito de ação, repensando as suas práticas e mobilizando todos os recursos disponíveis na comunidade. Os papéis e funções dos educadores – regulares e especializados – devem ser revistos, objetivando uma adaptação à nova situação escolar.

A partir da investigação que realizada na cidade de Natal, percebeu-se que, nos discursos analisados, predomina uma visão otimista frente aos educandos com síndrome de Down, embora em vários momentos, surjam ainda várias preocupações e críticas à estruturação e ao desenvolvimento do trabalho, principalmente no âmbito governamental. A integração é percebida, pela maioria, como algo construtivo também para os professores, pois os motiva a buscar novos caminhos, a pesquisar, a conhecer mais sobre os seus alunos e sobre a aprendizagem deles, a descobrir novas formas de intervenção – desejo esse que necessita ser cada vez mais incentivado e apoiado pelos administradores do sistema educacional.

Em relação aos alunos considerados normais, essa convivência vem propiciando mais interação com os colegas e com as pessoas que compõem a comunidade

escolar, assim como a criação de laços afetivos, conduzindo a uma visão menos preconceituosa sobre as crianças portadoras da síndrome de Down. Em nenhum momento foi registrado que a presença dessas crianças na sala regular era motivo para que os demais alunos fossem impedidos de progredir, apesar dessa ter sido uma preocupação inicial observada entre algumas mães e docentes.

Porém, nem sempre a postura assumida pelos profissionais da educação diante do atendimento escolar integrado foi positiva. Um longo caminho foi percorrido em várias das escolas pesquisadas, nas quais em diversas ocasiões ocorreram – e às vezes ainda ocorrem, embora em menor escala – barreiras, preconceitos, dúvidas, desânimo, requerendo um maior investimento na orientação da comunidade escolar como um todo.

O papel desempenhado pelas mães na busca dos seus direitos e no apoio ao processo integrativo, assim como da Associação Síndrome de Down na orientação e apoio às famílias, não pode ser esquecido. Sem o suporte que essa entidade tem buscado ministrar às famílias e aos profissionais da educação, muitos espaços conquistados pelas pessoas portadoras dessa alteração cromossômica na nossa sociedade não teriam sido concretizados, até os dias de hoje. Seus dirigentes e associados têm empunhado há vários anos, entre outras, a bandeira da integração escolar e procurado, também, contribuir com o sistema educacional na orientação de profissionais e da comunidade sobre a questão. Têm buscado, igualmente, orientar os pais para fazerem valer os direitos dos filhos a um atendimento escolar de qualidade, em sala regular.

Esse fato nos faz refletir sobre a importância dos grupos organizados de pais que enfrentam a mesma situação familiar para lutar conjuntamente por aquilo que a lei determina – mas que poucos sabem como e onde buscar: a igualdade de oportunidades educacionais para todos os cidadãos, sejam eles considerados normais ou portadores de deficiência. Bem como lutar pela oportunidade que surge nesses grupos para trocas significativas e prestação de apoio mútuo.

Observamos que atualmente, apesar da escola se mostrar mais receptiva à integração das crianças portadoras da síndrome de Down, os educadores – mesmo conscientes das dificuldades desse processo – percebem suas possibilidades e as necessidades existentes para que o trabalho possa ser aprimorado. Muitos já reconhecem que a escola precisa mudar, que ela possui uma tarefa a cumprir diante dos alunos ditos normais, assim como diante desses educandos portadores da síndrome de Down e de tantas outras crianças com necessidades especiais. Reconhecem, igualmente, que isso exige um esforço muito grande dos profissionais e, até mesmo, um repensar da sua concepção de educação e de sua prática na sala de aula, de maneira a perceber e a trabalhar com a heterogeneidade dos alunos. A ocorrência de uma mudança dessa natureza na escola só pode resultar em benefícios para os docentes e para todos os seus alunos.

Para que isso se efetue, os profissionais deverão ser levados a refletir sobre a sua prática e preparados para adequar a sua maneira de ensinar às condições de cada

aluno. É importante que tenham um conhecimento – nesse caso específico, a respeito da síndrome de Down – envolvendo a influência que essa síndrome exerce sobre a criança e sobre a sua aprendizagem. Mas é também muito importante – acreditamos até que seja ainda mais importante – que os professores e técnicos atuantes nas escolas regulares tenham uma visão aprofundada sobre o desenvolvimento infantil, sobre como a criança adquire o conhecimento. Que esses profissionais aprendam a ensinar respeitando o ritmo de aprendizagem de *cada* aluno, bem como a estimulá-lo a ter um comportamento mais ativo diante dos desafios surgidos na escola e na vida prática.

Necessário se faz, também, a compreensão de que – embora a criança portadora da síndrome de Down apresente limitações, em decorrência da alteração genética que apresenta – o seu processo de construção do conhecimento segue a mesma seqüência das demais pessoas, variando no que diz respeito ao nível alcançado e ao tempo requerido para a sua elaboração. Assim, esse educando, mesmo apresentando um ritmo mais lento na aprendizagem, deve ser respeitado como qualquer ser em formação, como qualquer outra criança com características individuais, próprias, como alguém capaz de pensar, de interagir com o meio que o cerca, de aprender.

Assim, cada professor deve procurar conhecer os seus alunos individualmente – suas potencialidades, seus interesses, suas dificuldades, suas experiências de vida –, mas também ser instrumentalizado para melhorar a sua prática pedagógica, ou seja, para ser capaz de organizar o ensino e o currículo de forma a dar respostas adequadas às necessidades de cada aluno, assim como para avaliar como vem se processando a aprendizagem na sala de aula regular. Essa instrumentalização pode se processar de diversas formas, de acordo com a realidade dos sistemas educacionais ou das próprias escolas.

Para tanto, necessário se faz a estruturação de uma estratégia política, em nível dos sistemas educacionais públicos, visando viabilizar condições para que as escolas trabalhem efetivamente numa perspectiva integradora. Isso, a nosso ver, envolve basicamente um programa amplo de preparação dos profissionais atuantes na escola (professores, administradores, técnicos, funcionários) de forma a torná-los mais aptos para atuar diante da heterogeneidade da clientela que procura a escola.

É extremamente necessária a efetiva introdução de, pelo menos, uma disciplina obrigatória, versando sobre a educação a ser ministrada aos educandos com necessidades especiais na classe regular, nos cursos de formação de professores, em nível de 1º e 2º Graus.¹ Nela deve ser bastante enfatizada a questão da integração escolar dos portadores de necessidades especiais, possibilitando uma visão básica sobre o tema, sobre a necessidade de adaptar os conteúdos de estudos e as metodologias às necessidades dos alunos, assim como a orientação aos educadores sobre *como* e *onde* buscar auxílio diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar com esses alunos. Isso, ao mesmo tempo, criaria neles uma visão mais aberta, menos preconceituosa sobre esses educandos.

¹ Em consonância com a Portaria 1.793 /94 (MEC).

Sabemos da impossibilidade imediata de preparar todos os profissionais atuantes em todas as escolas para trabalharem sob essa nova perspectiva. Em decorrência disso, consideramos essencial a **capacitação de agentes integradores** sediados em todas as escola (que podem ser coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, psicólogos). Ou seja, alguns elementos em cada escola que, paralelamente às funções já desenvolvidas no ensino regular, assumiriam também a tarefa de intermediar o processo de integração, acompanhando os professores em suas dificuldades, buscando conjuntamente soluções para determinadas situações enfrentadas no dia-a-dia, discutindo pontos relativos ao processo integrativo, estudando com eles temas de interesse específico dessa unidade escolar. Enfim, dando-lhes o suporte técnico necessário ao trabalho realizado.

Além de atuarem permanentemente junto aos professores que recebem crianças com necessidades especiais, esses profissionais deveriam se envolver com a escola como um todo, criando um sentido de unidade em sua ação, pois não existe integração restrita apenas a uma sala de aula; é necessário que toda a escola compactue desse mesmo espírito para que ela ocorra realmente. Inicialmente, deverão ser assessorados *de forma sistemática* por técnicos especializados das secretarias governamentais (ou na falta desses, pelos existentes em instituições especiais), até que tenham condição de conduzirem de maneira mais autônoma o processo integrativo em suas escolas.

O sistema educacional, através de ação conjunta das equipes responsáveis pelas coordenações de Educação Especial e do ensino regular, deve procurar dar prioridade aos projetos voltados para a educação integrada, bem como avaliar sistematicamente as práticas desenvolvidas nas escolas, com vistas ao seu aperfeiçoamento. Necessário se faz, também, a criação de estratégias que favoreçam a estabilidade, nas escolas, dos docentes e técnicos que forem preparados para trabalhar com a clientela portadora de necessidades especiais, de maneira a manterem situações educacionais mais permanentes.

Outras providências também precisam ser tomadas. Por exemplo: redimensionamento das salas de aula, com a redução do número de alunos, como forma de permitir atendimento mais individualizado e compatível com as necessidades das crianças; inclusão de, no máximo, dois alunos portadores do mesmo tipo de deficiência por turma, para facilitar o trabalho docente; dotação de material didático necessário ao bom desenvolvimento das atividades pedagógicas para todos os alunos; adaptação dos critérios de avaliação e promoção utilizados na escola às condições das crianças; apoio psicopedagógico adicional, na própria escola ou em centros especializados públicos, quando necessário, fora do horário de aula, para não excluí-lo das atividades comuns a todos os alunos na turma.

Embora os objetivos educacionais sejam semelhantes para todos os alunos, existe necessidade do professor procurar adaptar a sua maneira de conduzir o processo ensino-aprendizagem às condições de *cada* criança, a fim de que os alunos consigam se desenvolver adequadamente. É importante, pois, que a escola possibilite um

esquema curricular mais flexível, que torne possível determinadas adaptações nos conteúdos e nas metodologias.

O professor deve ser incentivado a refletir sobre a sua prática, a partir da teoria, sendo incentivado a transformá-la sempre em benefício dos alunos. Deve estar ciente de que não existem teorias e programas infalíveis. Assim, é importante que seja orientado a não reproduzir – sem refletir – programas utilizados por outros professores, pois, muitas vezes, dizem respeito a uma realidade que nada tem em comum com a sua nem com a situação de seus alunos – mesmo que sejam relativos a ações desenvolvidas com pessoas portadoras da síndrome de Down.

A participação ativa dos pais no processo educativo é algo imprescindível, pois só com a parceria deles pode ocorrer uma ação mais profícua em relação ao desenvolvimento dos filhos na sala regular.

Em relação à comunidade educacional, há necessidade de aproveitamento de todas as oportunidades existentes para se ministrar orientação aos administradores e planejadores educacionais, técnicos, funcionários, pais e profissionais diversos, sobre a importância do trabalho integrativo e sobre os procedimentos a serem utilizados nas escolas e na sociedade em relação a esses alunos.

As universidades, além de terem a função de formadoras de recursos humanos para atuar com essa clientela, podem desempenhar um papel relevante no desenvolvimento e disseminação de pesquisas voltadas a avaliar as práticas pedagógicas empreendidas com esses educandos na escola regular e contribuir para o seu aprimoramento, através da realização de atividades de extensão, em parceria com o sistema público de ensino.

Uma das coisas que mais aflige os pais das crianças portadoras da síndrome de Down é a garantia, pelos órgãos públicos, dos serviços de saúde e de reabilitação imprescindíveis a elas, em decorrência das disfunções que geralmente portam. Sem a oferta de tais serviços, a maioria delas não conseguirá se desenvolver de maneira saudável e, conseqüentemente, terá mais dificuldade para progredir em sua escolaridade. Portanto, devem ser ministrados de forma sistemática e com qualidade.

Outro ponto que merece destaque nesse momento, pois foi bastante enfatizado pelas mães pesquisadas, diz respeito à preparação do portador da síndrome de Down para o mundo do trabalho. Reconhecem que os filhos (alguns já adolescentes) têm condição de – paralelamente à escolaridade na classe regular e de maneira gradual – serem preparados no que diz respeito a hábitos, atitudes e habilidades necessários ao exercício futuro de uma atividade produtiva. O sistema educacional deve, desde já, preocupar-se com a continuidade da preparação dessas pessoas pois, caso não tenham oportunidade de desenvolver suas potencialidades, elas passarão a ser eternamente dependentes da família e percebidas na sociedade como seres improdutivos. A integração do portador da síndrome de Down na escola regular, nessa perspectiva, deve ser vista como etapa importante para se atingir uma aprendizagem direcionada à integração social mais ampla, que tal indivíduo só atin-

- GUIDETTI, M. & TOURRETTE, C. *Handicaps et Développement Psychologique de l'Enfant*. Paris: Armand Colin, 1996.
- LITTLE, Donald M. Un crime contre l'enfance – l'uniformité des programmes scolaires et de leur enseignement ou un nouveau regard sur l'intégration à la majorité. In: *Éducation / Intégration*. Monteval: L'Institut G. Allan Roeher, 1987.
- LODI, J.B. *A Entrevista: teoria e prática*. 7ª ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
- LÓPEZ, J.F.G. *Nuevas Perspectivas en la Educación e Integración de los Niños com Síndrome de Down*. Barcelona: Paidós, 1995.
- MANTOAN, M.T.É. (org.). *A Integração de Pessoa com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon/Editora SENAC, 1997.
- MARTINS, L.A.R. Análise da formação do profissional de educação especial frente às especificidades e necessidades do educando portador de deficiência mental. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1993. Tese (mestrado).
- _____. Educação Integrada: alguns pontos para reflexão. *Revista Integração*. Brasília: SEESP, (16): 27-32, 1996.
- _____. A integração escolar de alunos portadores de necessidades especiais: aspectos de uma realidade. *Livro do VIII Colóquio da Secção Portuguesa da Aipelef/Afirse*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade de Lisboa, 1997.
- MAZZOTTA, M.J.S. A atitude da escola frente à integração do portador de deficiência. *Revista Insight Psicoterapia*, (43): 25-27, 1994.
- _____. A integração virou modismo. *Revista Vivência*, Fundação Catarinense de Educação Especial, (13): 12-16, 1993.
- MUCCHIELLI, R. *O Questionário na Pesquisa Psicossocial*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- PIRES, J.; ALLOUFA, J. & TAVARES, O. *Pesquisa em Educação: abordagens teórico-metodológicas*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária-UFRN, 1991.
- PUESCHEL, S. et al. *Síndrome de Down: guia para pais e educadores*. Campinas: Papyrus, 1993.
- SASSAKI, R.K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- TELFORD, C. & SANWEY, J. *O Indivíduo Excepcional*. 5ª ed. Trad. Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- VAN DER MAREN, Jean-Marie. *Méthodes de recherche pour l'éducation*. 2ª ed. Montréal: Presses Univeritaires de Montréal, 1996.
- VAN STEELANDT, D. *La Integración de Niños Discapacitados a la Educación Comum*. Santiago: OREALC, 1991.